



FERNANDO COSTA ZANETTI  
IZABELA CAROLINA OLDANI

**A ESCOLA COMO LUGAR DE PRÁTICAS REGULADORAS, NORMATIVAS E  
EXCLUDENTES: CORPOS TRANS COMO POTÊNCIA E O PSICÓLOGO  
ESCOLAR NA CONTRAMÃO DA NORMA**

Artigo apresentado ao curso de graduação em  
Psicologia da Faculdade Católica Paulista, como  
requisito parcial para a obtenção de Título de  
Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. M.a Neuci Leme de Camargo

Artigo de autoria de Fernando Costa Zanetti Amos e Izabela Carolina Oldani, intitulado “A escola como lugar de práticas reguladoras, normativas e excludentes: corpos trans como potência e o psicólogo escolar na contramão da norma”, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia da Faculdade Católica Paulista, em 04/12/2023, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Profª. M.a Neuci Leme de Camargo  
Orientador  
Curso de Psicologia

---

Me. Vitor Celso Moraes Campos  
Examinador  
Curso de Psicologia

---

Prof. Dra. Thais Caroline Attaide Lacerda  
Examinador  
Curso de Psicologia

## DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho as pessoas que mais amamos, nossos pais e irmãos.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos em primeiro lugar a Deus que nos iluminou durante toda caminhada desse nosso artigo. Agradecemos aos nossos pais, irmãos e a toda família que sempre nos apoiou. A nossa orientadora, Profa. M.a Neuci Leme de Camargo, pelas orientações, atenção e disponibilidade de tempo.

# **A ESCOLA COMO LUGAR DE PRÁTICAS REGULADORAS, NORMATIVAS E EXCLUDENTES: CORPOS TRANS COMO POTÊNCIA E O PSICÓLOGO ESCOLAR NA CONTRAMÃO DA NORMA**

Izabela Carolina Oldani  
Fernando Costa Zanetti Amos  
Faculdade Católica Paulista  
Orientadora: Profa. M.a Neuci Leme de Camargo

**RESUMO:** A proposta deste trabalho diante da presença e intensificação dos atos de intolerância e violência contra a população LGBTQIA+ no espaço escolar, tem como objetivo oferecer diretrizes para refletir sobre o alcance do papel do psicólogo escolar como promotor dos debates acerca das experiências dos corpos trans e/ou não binárias no intra e extra muro escolar. O desafio é o de compreender o lugar do psicólogo como aquele que abrirá a possibilidade de encontro com o outro diferente viabilizando a quebra de práticas e discursos cristalizados, naturalizados. Ante essa proposição, o artigo aqui construído, por meio de revisão bibliográfica, lança inicialmente conceitos fundamentais sobre a noção de transexualidade e ideias derivadas e complementares a ela, na sequência apresenta a escola como campo de práticas violentas contra corpos trans e, por fim, apresenta uma possibilidade de ação da psicologia frente aos desafios da quebra dos paradigmas normatizadores.

**Palavras-chave:** Escola. LGBTQIA+. Psicologia Escolar. Transexualidade. Violência.

*Violência sexual, racial, de gênero e outras formas de discriminação e intolerância numa cultura não podem ser eliminadas sem que se mude a própria cultura. Charlote Bunch*

## **1. Introdução**

No Brasil, segundo Dossiê organizado por Benevides e Nogueira (2023), 131 pessoas trans e travestis foram assassinadas no país em 2022. O Brasil segue sendo campeão de desrespeito e violência contra pessoas transgêneros pelo décimo quarto ano consecutivo, posição ocupada desde 2008, conforme dados internacionais da ONG

## Transgender Europe -TGEU (2023)

A transexualidade é considerada um fenômeno complexo, sendo assim é importante discutirmos sobre identidade de gênero e sexualidade e a concepção de cada termo. Para Louro (2014), gênero e sexualidade são conceitos diferentes, a identidade de gênero refere-se ao que representa um papel masculino e um papel feminino no plano cultural de uma sociedade, e a sexualidade se dá através das formas culturais pelas quais vivemos nossos desejos e prazeres. Segundo Gonçalves e Gonçalves (2021), a identidade de gênero é entendida como possibilidades dos seres humanos de reconhecerem a si como pertinentes, ou não, de determinado gênero, é importante compreender que os corpos podem ser alterados enquanto suas origens biológicas e que as definições de gênero compreendem também o binarismo de transgêneros e cisgêneros. Cisgênero é uma palavra cunhada na década de 1990, utilizada no ativismo realizado pela internet, principalmente por pessoas trans e não binárias. que refere a pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento e o binarismo é a classificação do gênero e sexo em duas formas distintas e opostas, tal como masculino ou feminino. É um tipo comum de sistemas de gênero de acordo com Bonassi (2017).

Portanto, transexualidade envolve uma série de desafios, como manter uma linearidade entre gênero-sexo-sexualidade, o que é considerado normalidade está fortemente entrelaçado na nossa cultura e o padrão é a heteronormatividade. (PETRY; MEYER, 2011).

Heteronormatividade, segundo Santos (2007), trata-se de uma palavra composta pelo termo hetero que diz respeito à atração que uma pessoa sente por outra(s) de sexo diferente do seu, e o vocábulo “norma” está vinculado a palavra “normal”, aquilo que a sociedade toma como parâmetro em relação à sexualidade para designar como norma, ou normal à atração ou comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes.

A Heteronormatividade também reforça o cissexismo que é uma instituição social e que legitima as identidades cisgêneras, enquanto deslegitima as identidades transgêneras garantindo privilégios às pessoas cis. De acordo com Bagagli (2017), a atribuição ao cissexismo é baseada em crenças de que os gêneros, as vivências e as questões políticas das pessoas transgêneras, sejam menos verdadeiras e legítimas do que

de pessoas cisgêneras. Pessoas cisgêneras nascem em determinado sexo biológico e se identificam com as construções sociais correspondentes a tal gênero, assim como, segundo Louro (2000), reconhecer-se em uma identidade supõe responder a uma indagação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

Assim, os padrões de gênero geram uma hierarquia de prestígio e criam situações de exclusão e marginalização no meio trans. (ZIOTTI; DOS SANTOS, 2018).

Essa concepção dominante, metaforicamente falando, condena a uma morte em vida os sujeitos que não se ajustam às idealizações e expectativas sociais. Essa classe passa a ser estigmatizada, na medida em que são vistos como desajustados, e tendem a ser marginalizados, segregados, isolados do meio social e exilados em si mesmos. (BENTO, 2011).

O esforço transdisciplinar que envolve diferentes áreas do conhecimento tem se configurado em algumas conquistas e trabalhos úteis acerca da transgeneridade, aproximando vidas e revendo conceitos ultrapassados e excludentes.

Sem preparação e esclarecimento, o espaço de aprendizagem não acolhe, não reconhece e nem estimula crianças, adolescentes e adultos/as trans. Os ataques transfóbicos, denominados *Bullying*, segundo a Lei de número 13.185 de 2015, trata da intimidação traduzida em atos de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente. Para Miranda, Lima (2023), o *bullying* transfóbico é uma forma de violência física, verbal, ou ainda de demais tipos que ocorrem pelo desconhecimento por parte da sociedade e das escolas produzindo exclusão das pessoas trans.

Diante da estigmatização e discriminação legitimada e produzida no ambiente escolar a toda população LGBTQIA+, faz-se fundamental trazer para o primeiro plano a discussão da necessidade do debate sobre sexualidades e gênero na escola em razão das práticas de violência que causam sofrimento psíquico, segregação e abandono dos bancos escolares. Decorre desse cenário, a pergunta que fazemos neste trabalho: como a psicologia, enquanto área do conhecimento e de atuação no ambiente escolar, pode colaborar com intervenções, nesse espaço, que promovam mudanças no modo de ver e tratar pessoas LGBTQIA+.

Nesse contexto de intolerância e violência contra a população trans no Brasil, pretendemos com este artigo contribuir com o diálogo sobre perspectivas que estão atualmente no enfrentamento contra a transfobia dentro e fora do ambiente escolar. O diálogo se faz necessário para ampliar o conhecimento acerca da temática LGBTQIA+ na sociedade e, fundamentalmente, no espaço escolar, considerando que esta instituição participa ativamente nos processos de subjetivação dos sujeitos, assim como tem o papel de promover debates profundos sobre temas atuais e relevantes para o viver coletivamente.

Em razão da amplitude do tema LGBTQIA+, nosso trabalho fará um recorte dentro da temática, delimitando-a a discussão sobre a população trans e/ou não binárias no espaço escolar. Para tanto, tem como objetivo geral oferecer diretrizes para refletir sobre o alcance do papel do psicólogo escolar como promotor dos debates acerca das experiências dos corpos trans e/ou não binárias no intra e extra muro escolar. Como objetivos específicos temos, 1- explicar os conceitos de transgeneridade, não-binariedade; 2- assinalar como os corpos trans não-binários e binários se expressam e são recebidos no ambiente escolar; 3- propor uma possibilidade de leitura sobre como o psicólogo escolar pode atuar para promover diálogos entre as pessoas da comunidade escolar no sentido de esclarecer e fortalecer o exercício do respeito às diferenças.

Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico. A busca pelos artigos será realizada por meio da ferramenta Google Scholar, bem como da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil), assim como na literatura produzida sobre o assunto.

A exclusão da escola e na escola, tal qual a do mercado de trabalho, acaba afetando a vida mental dessa população, como informa o dossiê organizado por Benevides e Nogueira (2023). Em 2022, de acordo com os mesmos autores, foram catalogados 20 casos de suicídio, sendo 1 pessoa não binária, 6 casos entre homens trans/transmasculinos e 13 travestis/mulheres trans. Os maiores índices de suicídio estão entre travestis e mulheres trans apesar de serem os homens trans/transmasculinos aqueles que mais apresentam ideações ou tentativas de suicídio.

Assim, este trabalho se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o tema gênero e sexualidades na escola porque consideramos que esta é uma instituição que falha

na promoção de igualdade de direitos e na conscientização acerca das diversidades, assim como promove violências contra a população LGBTQIA+. Bento (2011) ressalta que o espaço escolar, por meio dos catálogos internacionais sobre doenças mentais, é considerado como um dos maiores ambientes responsáveis pelo sofrimento vivenciado pelas pessoas trans e/ou não binárias e, ao contrário do que acreditam, a ausência dessas pessoas no ambiente escolar se dá através do “heteroterrorismo” em que são marcadas por um terrorismo contínuo, a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica e transfóbica, se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada e, assim sendo, um dos responsáveis pelos processos de “expulsão” e não de “evasão” dessas pessoas no ambiente escolar.

Junqueira (2010) sugere que uma educação realmente inclusiva deve principiar a desnaturalização da heterossexualidade e da desestabilização do disciplinamento heteronormativo, estas ações reforçam este disciplinamento a se fundamentar na criação de “verdades” (proto-ideias inventadas) que manipulam e controlam os corpos e as suas condutas, acarretando hierarquizações de classe, raça, sexo e gênero.

## **2 PARÂMETROS CONCEITUAIS PARA COMPREENDER A TRANSEXUALIDADE: A CISGENERIDADE, A TRANSGENERIDADE, O NÃO BINARISMO, A HETERONORMATIVIDADE**

Neste capítulo apresentaremos os conceitos fundamentais sobre transexualidade e noções afins com o intuito de embasar as discussões que virão a seguir sobre como os corpos trans, no espaço escolar, provocam deslocamentos que fazem questionar a prática e o discurso heteronormativo, assim como pensar sobre o papel do psicólogo escolar enquanto promotor de reflexões sobre a presença da diferença e da importância do encontro com ela.

## 2.1 Breve histórico da construção da noção de transexualidade

Transexual é um termo originário da área médica, criado nos E.U.A. na década de 1950 pelo médico endocrinologista e sexólogo Dr. Harry Benjamin para nomear pessoas consideradas portadoras de um distúrbio mental que ele chamou de transtorno de identidade de gênero. O que caracterizava esse transtorno era a identificação da pessoa transexual com o gênero oposto ao que a pessoa nasceu. De acordo com Lanz (2017, p. 429), até um tempo atrás, “a transexual era vista como a identidade transgênera que fez (ou desejaria fazer) a cirurgia de transgenitalização, mas isso tem mudado substancialmente nos últimos tempo.” A autora afirma que muitos indivíduos transexuais não manifestam interesse em fazer a cirurgia e que é muito comum pessoas transexuais, por ouvirem discursos de especialistas, acreditarem que nasceram em um “corpo errado”. Nesse caso, o órgão sexual será visto como um apêndice, aquilo que não pertence ao corpo, e, portanto, deveria ser erradicado. Esse discurso, hoje em dia, está em franco desuso e decadência, e gera ira entre grande parte do ativismo transgênero em razão do essencialismo que se encerra nessas falas.

Próximo a Benjamin, a influência de John Money, psicólogo e sexólogo, foi decisiva para a teoria da identidade de gênero e do tratamento hormonal-cirúrgico do transexualismo. As suas pesquisas, realizadas na área da clínica da identidade sexual, constituíram importante base para formulações teóricas como os conceitos de “identidade de gênero” e “papel de gênero”, além das ações e práticas clínicas no tratamento da transexualidade, chamado, à época, de transexualismo. Para ele, a socialização era fator determinante na formação da identidade de gênero. (LANZ, 2017)

Robert Stoller foi outro pesquisador de destaque na construção de discursos sobre a transexualidade, que ele chamava de transexualismo. Este pesquisador desenvolveu o conceito de “feminilidade primária” que seria a orientação inicial dos dois sexos biológicos e estaria na base de identificação psicológica para o desenvolvimento feminino. Para ele, era essa feminilidade primária que determinava o surgimento de uma identidade de gênero de núcleo feminino, tanto na menina quanto no menino a não ser que “uma força masculina comparecesse para interromper a relação simbiótica com a mãe, ela permaneceria atuante no menino, constituindo uma síndrome que ele chamou de

‘falo feminizado da mãe.’ Para Stoller, estaria aí a origem da identidade transexual. (LANZ, 2017, p. 334)

Com os três autores, de acordo com Lanz (2017), o que se tem é uma visão patologizada da identidade transexual e que não mudou quase nada nos últimos 50 anos.

No Brasil, as primeiras referências a transexuais que surgem como categoria identitária aparecem nas edições de 1980 e 1981 do jornal *Lampião da Esquina*. Este jornal tinha grande circulação nos circuitos homoeróticos da época. O que ganha destaque entre as matérias publicadas no no. 35 do *Lampião da Esquina* é a opinião das próprias travestis sobre a transexualidade num momento em que não havia distinção conceitual entre travestis e transexuais. (CARVALHO E CARRARA, 2013 apud LANZ, 2017)

Foi apenas na década de 1990, com a epidemia da AIDS, que surgiram as primeiras organizações em defesa dos direitos das travestis e transexuais e o aumento do número de grupos institucionalizados do movimento homossexual. (LINO, BADARÓ e FREITAS, 2011 apud LANZ, 2017).

Muitas linhas de pesquisas ainda buscam desejosamente explicações e fundamentos biológicos para o fenômeno transgênero, em especial, a identidade transexual. Lanz (2017) afirma que os próprios biólogos desconsideram o determinismo biológico como único fator na definição do comportamento social dos seres humanos. Para a autora, “o que produz a condição transgênera não é nenhum gene inexoravelmente vinculado à herança biológica de uma pessoa, mas o sistema de classificação utilizado pela sociedade para classificar e hierarquizar os indivíduos.” (p. 348) Ou seja, o dispositivo binário de gênero homem/mulher, masculino/feminino.

Se comparados a outros estudos feitos aqui no Brasil sobre outras transidentidades, as pesquisas sobre identidade transexual mostram-se com maior consistência teórica e alcance prático nas suas conclusões, embora necessitem de uniformidade conceitual do perfil das identidades estudadas.

### 2.1.2 Não-binarismo, Transgênero/ Transgeneridade e Cisgênero

No dia 14 de julho desde 2012 é celebrado o Dia Internacional do Orgulho e Visibilidade de Pessoas Não-Binárias. E apesar desta data ser recente, de acordo com Silva (2022), os estudos sobre gênero, que (trans)bordam a oposição masculino e/ou feminino, existem há mais de quatro décadas e, mesmo existindo uma data para conscientização sobre os desafios enfrentados pelas pessoas não-binárias, o tema ainda possui pouca visibilidade.

Um artigo publicado na Scientific Reports, ligada à revista científica Nature, produzido por Giancarlo Spizzirri, Raí Eufrásio e Maria Cristina Lima, contabilizou que 1,2% da população brasileira, o que equivale a quase três milhões de pessoas, não se identifica com o sistema binário de gênero. O artigo ainda chama atenção para o fato de que os dados disponíveis podem ser menores do que o número real, já que diversas pessoas com inconformidade de gênero não procuram ajuda. (SILVA, 2022, p.260)

A sociedade na qual estamos inseridos, classifica o gênero de forma estereotipada para definir o que é masculino ou feminino e essas definições pré-estabelecidas estão baseadas em características biológicas (órgãos genitais). O sistema regente de gênero permite apenas duas possibilidades: ou você é um homem ou uma mulher. Sendo impostas, dentro do binarismo de gênero, várias regras como “*meninos usam azul e meninas usam rosa*”. Contudo, as identidades pessoais e expressões de gênero vão além dessas delimitações, conclui Silva (2022).

Segundo Lanz (2027, p. 48),

No pensamento feminista da terceira onda, tanto gênero quanto sexo são considerados como meros discursos normatizantes, artifícios de linguagem que dão sustentação ao dispositivo binário de gênero, o qual é, em si, um mecanismo de hierarquização e controle social. Sexo e gênero, portanto, não estão diretamente ligados a nenhum inexorável determinismo biológico, mas a um previsível e bem calculado determinismo político-cultural.

Porchat (2014) comenta que além de limitar as expressões de gênero e excluir outras identidades que fogem desse espectro, o binarismo também as hierarquiza, sendo assim o resultado é uma sociedade heteronormativa, em que os indivíduos são definidos como homens ou mulheres, seguindo uma lógica reprodutiva, reforçando também o

sistema patriarcal, em que a sociedade privilegia o homem branco heterossexual. Essa classificação, Bernini (2011) completa, estabelece uma hierarquia dentro do binarismo de gênero, que é machista e heteronormativa. Homens cisgêneros possuem privilégios que mulheres cisgêneros não possuem, como diferença salarial, posição social etc.

Preciado (2014) afirma que as delimitações determinadas pelos sistemas sociais definem certas zonas corporais como reprodutivas e sexuais a partir do sistema binário. Associando a atribuição de características físicas como pênis e vagina consagrando uma sequência sobre sexo-gênero-sexualidade, onde ambos deveriam seguir uma linearidade, onde o sexo é baseado na genitália, que define o gênero e, por sua vez, a sexualidade esperada é a heterossexualidade. Dentro deste sistema social apontado por Preciado (2014), o gênero é visto como algo determinado, fixo e que não deve ser questionado fora das regras impostas pelo binarismo. Complementando, Silva (2022) argumenta que nessas condições o ser humano não é visto como um sujeito histórico, capaz de passar por transformações em sua vida e pertencer a grupos que compartilham da mesma identidade.

Pessoas não-binárias entendem o gênero como algo que não se limita a uma simples identificação de homem ou mulher. Sua identidade não é definida dentro das margens do binarismo. O termo não-binário é usado para definir pessoas que transgridem o binarismo de gênero, mas dentro das identidades não-binárias. (SILVA, 2022, p. 261)

A identidade de gênero não deve ser confundida com expressões de gênero, enquanto a identidade de gênero diz respeito à autopercepção e no caso da não-binariedade estar ligada a inconformidade com o sistema binário de gênero que rege a nossa sociedade contemporânea, a expressão de gênero é formada pelo comportamento social, assim como maneirismos, vocabulário, estilos (roupas, penteados, acessórios...), e costuma ser caracterizada como feminina ou masculino. (DOS REIS; PINHO, 2016).

A palavra transgênero refere-se ao comportamento da pessoa gênero-divergente, ou seja, aquela cuja identidade e/ou expressão de gênero mostra-se com algum tipo de divergência, conflito, ou não conformidade com as regras socialmente legitimadas para a categoria de gênero em que foi classificada ao nascer.

Assim, a transgressão das normas de conduta de gênero que identifica e distingue a pessoa transgênera dentro da sociedade, a sua ousadia, insistência e determinação em afrontar o dispositivo binário de gênero, instituído e mantido

pela sociedade como forma de classificação e hierarquização dos seres humanos, tendo como referência única e exclusiva o órgão genital que cada indivíduo traz entre as pernas ao nascer. (LANZ, 2017, p. 69)

A transgressão de gênero é um fenômeno social denominado de transgeneridade, que está sujeito a sérias e graves penalizações por parte da sociedade. Essas penalizações incluem violências verbal, moral e física, que tentam demover o indivíduo transgressor do seu comportamento divergente, chegando ao limite de levá-lo ao isolamento e exclusão do convívio “normal” da sociedade.

Lanz (2017, p.71) ressalta que transgênero não é uma categoria identitária de gênero, mas “a condição sócio-política-cultural do indivíduo que transgride o dispositivo binário de gênero”. Em linhas gerais, o termo transgênero é aceito e largamente utilizado para designar pessoas cuja identidade de gênero não esteja em correspondência com as normas de conduta da categoria de gênero em que a pessoa foi enquadrada ao nascer tendo por referência o dispositivo binário.

Já o termo cisgênero diz do indivíduo cuja identidade e expressão de gênero está em conformidade com a categoria que lhe foi atribuída ao nascer, ou seja, sua conduta psicossocial corresponde com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico. É o sujeito que está adequado ao dispositivo binário de gênero, em oposição ao transgênero, condição esta que não lhe imputa nenhum bloqueio, interdições e constrangimentos, impostos pela sociedade.

Diante do exposto, vale destacar que as referências feitas às palavras transgênero e cisgênero, necessariamente, remetem a palavra gênero e, com este último termo, estabelecem forte ligação. Assim, “são as normas de gênero que determinam os limites e possibilidades das nossas vidas de organismos biológicos aprisionados e apropriados para uso exclusivo do sistema social.” Desobedece-las significa atrair toda sorte de dano moral e material. As mesmas normas que incluem socialmente são capazes de condenar identidades trans “às formas mais terríveis de abjeção, estigmatização, violência e exclusão.” (LANZ, 2017, p.114)

## 2.2 A escola como *locus* de práticas Heteronormativas e de heteroterrorismo

Como afirma Preciado (2020, p. 196), a escola não é somente um lugar de aprendizagem de matérias, ela é uma fábrica de subjetivação, “uma instituição disciplinar cujo objetivo é a normalização de gênero e sexual.” Para o autor, a escola gera machinhos e bichas, gostosas e gordas, espertos e retardados. Local onde se assinala os vencedores e os vencidos “com um signo que acaba por se transformar num rosto.”

Fora do grupo familiar, a escola é a primeira instituição política onde a criança vai ser submetida à sistemática binária de gênero, por meio das constantes exigências de nomeação e identificação normativas. Para Preciado (2020), a criança deve personificar um único e definitivo gênero, aquele que corresponde a sua anatomia. A escola promove e valoriza os códigos do domínio masculino no menino e da submissão feminina na menina. Por promover identidades de gênero e sexual, a escola entra em crise quando interpelada pelos corpos trans.

Preciado (2020, p. 197) afirma que “a escola é um espaço de controle e domínio, de escrutínio, diagnóstico e sanção, que pressupõe um sujeito unitário e monolítico que deve aprender, mas não pode nem deve mudar.” A escola é cruel e fantoche das produções de heterossexualidades. A instituição escolar tem como princípio norteador da disciplina dos corpos a heteronormatividade.<sup>1</sup>

Bento (2011) ressalta que o espaço escolar é considerado um dos maiores responsáveis pela produção do sofrimento vivido pelas pessoas trans e/ou não binárias. Essa dor é provocada por práticas “heteroterroristas” contínuas que se manifestam por insulto ou piada homofóbica e transfóbica, se um menino gosta de brincar de boneca ou andar apenas com meninas, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “isso é coisa de viado!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada e, assim sendo, um dos responsáveis pelos processos de “expulsão” e não de “evasão” dessas pessoas no ambiente escolar.

---

<sup>1</sup> heteronormatividade é um conjunto de normas e processos legais e institucionais que conferem à heterossexualidade o status e o monopólio da normalidade e é esse modelo que estimula práticas violentas de estigmatização, exclusão, menosprezo, a todos os indivíduos que sexualmente se comportem de maneira divergente dos princípios heteronormativos. (SANTOS, 2007)

Os mecanismos de violência para com essas pessoas não se qualificam na binaridade prescrita pois são oriundos de uma rede do poder sobre esses corpos na escola, e, segundo Berenice Bento (2011, p.556):

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação.

A autora destaca que os estudantes são vítimas de atos repressivos de seus pares, constituindo outra forma de violência estrutural. Tal evidência nos evoca a pensar se as crianças e adolescentes estão seguras, se podem falar por si, ou melhor, se tem uma rede que os proteja do heteroterrorismo.

Assim, afirma Bento (2017), o heteroterrorismo seria um conjunto de opressões estruturais, que retroalimentam violências verbais e físicas contra as identidades de gênero divergentes, anulando, silenciando e promovendo o apagamento social de tais corpos. Continua a autora, é um “projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (p. 556).

### **3 PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Veronese e Machado (2022), ao citarem Lima (2012), afirmam que uma ideia que se tem da Psicologia e se apresenta nos pedidos no campo escolar está relacionada a uma forma de atuação que procura resolver problemas referentes ao comportamento dos alunos indisciplinados, assim como a algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Tal concepção é legitimada a partir da ideia de que as práticas *psi* é marcada por cuidar de situações que os professores não conseguem resolver.

O arcabouço técnico da Psicologia torna-se importante para lançar luz às questões escolares e para esclarecer as causas, apresentar soluções e expor determinados segredos que inviabilizam um certo ideal de desenvolvimento do alunado. É prática comum análises que deslocam para aspectos subjetivos e problemas psicológicos do aluno, colocando nele, indivíduo, os motivos para o seu insucesso. Nas palavras Aquino (2014, p.6 apud VERONESE, MACHADO, 2020, n.p) “plausível seria, portanto, admitir que há uma incessante investida colonizadora das práticas educacionais pelos discursos psi, em especial, nas últimas décadas”.

Historicamente, as práticas psicológicas obedeciam à lógica da normatividade, elas eram normativas, adaptacionistas, corretivas. Os profissionais que atendiam a demanda escolar atuavam numa perspectiva diagnóstica, avaliativa e classificatória. O recurso utilizado era o psicométrico, testes que avaliavam a inteligência e a maturidade da criança. Ao proceder dessa forma, o fracasso pelo seu desempenho era de total responsabilidade da criança. (LEMOS, 2015)

O diagnóstico do rendimento escolar classificava e determinava os sujeitos desajustados e que deveriam ser tratados a fim de adequarem-se ao que se esperava deles no processo de escolarização. Aqui está implícita uma visão de Psicologia Escolar que a vincula à área de saúde mental, onde os problemas são equacionados em termos de saúde x doença, o que na escola se retraduz como problemas de ajustamento e adaptação. (ANDALÓ, 2012)

Nesse sentido, as intervenções pretendiam ajustar aquilo que parecia exceder nos indivíduos à expectativa de andamento e respostas para um bom funcionamento da sala de aula e da escola. Essa lógica se tornou hegemônica nas práticas de saúde que faziam fronteira com a educação, de modo que a gramática do discurso científico presente na Psicologia incidiu profundamente na definição dos indivíduos em si mesmos, operando em um plano de compreensão dos sujeitos isoladamente do contexto social e político. (VERONESE, MACHADO, 2020, n.p.)

Na tentativa de romper com a culpabilização do aluno e/ou da família sobre o seu fracasso escolar, assistimos no final de 1980 nascer uma fase de questionamento acerca da atuação do psicólogo no seu fazer dentro da escola, assim como a necessidade de

intensificar reflexões na busca de criticidade à formação e atuação deste profissional. (LEMOS, 2015)

Na mesma direção da crítica a um modo de pensar presente na ação do psicólogo, o empenho principal era fazer vigorar uma concepção que entendesse a escola como um campo de multiplicidades e multideterminado, recusando, assim, a individualizar as questões do contexto escolar, social e político e a culpabilizar os indivíduos nos quais os problemas se manifestam (EIZIRIK, 2009 apud VERONESE, MACHADO, 2020). Esse olhar sobre o campo de saber da Psicologia muda de direção sobre a compreensão da escola e dos sujeitos que a compõem.

Nesse sentido, “compreender e compor com a reflexão sobre as críticas produzidas na área da Psicologia Escolar nos convoca a problematizar o modo de fazer do psicólogo na escola. Assim, como atuar na escola a partir dos saberes produzidos na Psicologia sem perpetuar uma lógica instituída no cotidiano? Para tanto, faz-se necessário incluir,

[...] os efeitos produzidos pela prática da Psicologia na escola a partir de uma crítica, ou até mesmo de uma recusa, à manutenção de um fazer que isola os atravessamentos históricos, políticos, econômicos e sociais da análise de todo o campo escolar. (VERONESE, MACHADO, 2020, n.p)

### **3.1 A escola como disputa de forças e a atuação do psicólogo na quebra do paradigma da naturalização**

O cotidiano escolar constitui-se pelo jogo de forças que atuam no seu interior e essas forças mantêm práticas e discursos que regulamentam a vida dos indivíduos que ali estão, perpetuando as formas de viver e de estarem no mundo. Isso é o que se estabelece no dia a dia da escola e instaura processos de naturalização, ou seja, estagna relações e explica que o que acontece com os sujeitos é original, espontâneo, natural, independente de qualquer atravessamento externo ao próprio sujeito. Diante disso, o sujeito é culpado por tudo o que não o encaixa às normas da escola. A naturalização é compreendida, nestes termos, como força no jogo institucional e ela, a naturalização, se institui ao negar tudo o que se apresenta ao cotidiano escolar como efeito do próprio jogo. “Quando algo escapa do que é esperado, o desconforto convoca a força da naturalização dos processos,

escancarando a sua função de justificação e amenização das tensões.” (MACHADO, 1994, n.p)

A partir dessa chave de análise, podemos inferir que quando algo é sentido como desconforto no espaço escolar imediatamente esse algo, podemos dizer o sujeito, é deslocado para um enquadre que se sustenta na racionalidade dos saberes já existentes ordenando e normalizando de forma singular a sua vida. Nessa lógica, o sujeito passa a ser visto como aquele que se encaixa, ou não se encaixa no modelo idealizado. A análise é feita a partir de um suposto ponto normal, essa é a forma encontrada para regulação dos corpos.

Pensar a escola enquanto uma instituição onde forças atuam e que a naturalização é parte desse jogo, como pensar uma prática da Psicologia onde não haja a legitimação de discursos e práticas excludentes e violentos?

Uma atuação da psicologia escolar que inclua a diferença no espaço escolar deve ser aquela que promova ruptura, uma fresta que assegure a vida e repare o sofrimento psíquico causado pelos ataques diários que são dirigidos a todos aqueles que não se encaixam na norma.

Dar visibilidade às multiplicidades, às diferenças, é passo importante para garantir a permanência de cada um e de todos dentro da escola. As singularidades, mesmo que tragadas no jogo institucional, não deixam de existir. O trabalho da Psicologia na escola é “estar à espreita de cenas cotidianas que rompam com mecanismos instituídos pela naturalização dos processos.” (VERONESE, MACHADO, 2020, n.p)

Ou, pode a Psicologia seguir o que diz Preciado (2020, p. 198) quando sugere a existência de quatro caminhos de luta para enfrentar as instituições violentas.

O primeiro é a sua destruição, que exige uma mudança radical dos sistemas de interpretação e produção da realidade, e que, portanto, levará tempo. O segundo é a modificação dos seus estatutos legais. O terceiro é a transformação que se opera de seus usos dissidentes, (...) esta é uma via mais potente de destruição da violência institucional. E o quarto é a fuga (...) criação de uma

exterioridade crítica: linha de fuga<sup>2</sup> através da qual a subjetividade e o desejo podem voltar a fluir.

Preciado (2020, p.198), ao propor os meios para enfrentar as violências que ocorrem na escola, anuncia que é necessário afirmar novos pactos de prevenção da exclusão e da violência de gênero e sexual. Nas palavras do autor:

Todos (*institutos escolares*): públicos e privados. Todos: metropolitanos e rurais. Todos: católicos e laicos. Todos. Não estou me referindo aqui à fantasia humanista da escola inclusiva (e seu lema: toleremos o diferente, integremos o docente para que se adaptem). Ao contrário, trata-se de desierarquizar e desnortizar a escola, de introduzir heterogeneidade e criatividade em seus processos institucionais. O problema não é a transexualidade, mas a relação constitutiva entre pedagogia, violência e normalidade. (grifos nosso)

Nesses termos, se pensarmos os corpos trans que transitam no ambiente escolar, podemos inferir que não são eles os doentes, dentro da lógica normal x patológico, mas a escola. Ela está adoecida e é preciso curá-la. É necessário que a Psicologia pense e problematize as relações que se estabelecem no espaço escolar, assim como toda rede de saber que incide na formação do professor e do aluno. Como afirmam Rodrigues, Wenzel, Caetano (2020, p. 37),

[...] todo saber que recai sobre a formação do docente e nos discursos que se fazem acontecer nos exercícios de (des) aprendizagem que marcam as performatividades docentes e discentes e tensionam os cânones curriculares que se buscam prescritivos, identitários e normativos na con(for)mação de saberes e sujeitos-corpos da educação.

De modo geral, o papel de todos os envolvidos com a escola e, em particular da Psicologia, é o de olhar para ela como um local para qualquer sujeito e o que há de singular em cada um deles, como diz Skliar (2012, p. 318),

---

<sup>2</sup> Linha de fuga, vetores de desorganização ou de desterritorialização; fugir é entendido em dois sentidos: perder a estagnidade ou a clausura; esquivar e escapar. Fugir não consiste em sair da situação para ir embora, mudar de vida, evadir-se; implica, obrigatoriamente, uma redistribuição dos possíveis que desembocam numa transformação ao menos parcial, improgrável, ligada à imprevisível criação de novos espaços-tempos, de agenciamentos institucionais inéditos; fazer fugir algo, fazer fugir um sistema (DELEUZE; PARNET, 1998).

[...] no início é o trabalho com qualquer um e, com o passar do tempo, com o passar da conversa, com a experiência, com o trabalho, vamos saber identificar o que tem de cada um nesse qualquer um. Mas não se trata apenas dos outros como cada um e como qualquer um; nós também somos qualquer um e cada um. Parece que vale a pena pensar o quanto essas políticas têm parado na primeira questão, que seria: como ensino a todos; quando, na verdade, não se trata tanto de pensar quem é o aluno, quem é o professor, quais são as suas características, quais são as suas especificidades. Mas, sim, o que fazemos juntos, o que seria possível fazer juntos. E isso é independente de quem é um e quem é o outro. Fazer alguma coisa junto já é alteridade; já é a terceira coisa. E não é nem você nem eu. Para mim, a educação tem muito mais a ver com essa terceira coisa – ler, escrever, brincar, pensar, olhar, tocar etc. – do que “quem é você e quem sou eu?”.

Skliar nos dá pistas para refletir sobre o nosso fazer Psicologia dentro da escola. O autor fala do outro e de estar com esse outro. Mas quem é esse outro? O outro massacrado, ignorado, excluído, aquele que é visto como problema, aquele cuja preocupação da escola é a de normalizar para ajustar. Para nós, estar com o outro é contemplar a sua singularidade, as suas possibilidades e identidades, as suas vontades, os seus desejos e os seus sonhos, porque:

O outro já foi suficientemente massacrado. Ignorado. Silenciado. Assimilado. Industrializado. Globalizado. Cibernetizado. Protegido. Envolto. Excluído. Expulso. Incluído. Integrado. E novamente assassinado. Violentado. Obscurecido. Branqueado. Anormalizado. Excessivamente normalizado. E voltou a estar fora e a estar dentro. A viver em uma porta giratória. O outro já foi observado e nomeado o bastante como para que possamos ser tão impunes ao mencioná-lo e observá-lo novamente. O outro já foi medido demais como para que tornemos a calibrá-lo em um laboratório desapaixonado e sepulcral. (SKLIAR, 2003, p. 29)

Estar com esse outro como possibilidade de deixar que a subjetividade e o desejo brotem e abram linhas de fuga para que a criatividade e o novo, irrompam em novos devires, em movimentos permanentes.

Assim, o papel do psicólogo pode ser o de colocar no centro das reflexões, junto à comunidade escolar, situações que interpelam o cotidiano da instituição, a fim de desnudá-lo. Só assim, talvez, situações como intolerância e violências contra corpos trans, possam interromper o fluxo da mesmice, da naturalização, conferindo concretude ao sofrimento dessas vidas invisíveis e desprezadas.

#### 4 Considerações finais

A partir das discussões apresentadas no percurso deste trabalho, vimos que as práticas de preconceito de gênero e sexualidade contra corpos trans, são atos que ao se repetirem no cenário escolar são naturalizados e se sustentam na lógica de que é necessário justificar, ajustar e ver-se livre daqueles que com o seu modo de existirem, afrontam e ameaçam a todos da escola.

Começamos este artigo apresentando noções básicas sobre transexualidade, cisgeneridade, transgeneridade, não binarismo, heteronormatividade, para destacar que a compreensão a ideia de transgênero tem forte ligação com a de gênero porque são as normas de gênero que regulam as nossas vidas e a limitam ao organismo biológico nos aprisionando e apropriando-se dela para uso exclusivo do sistema social. Viu-se que as mesmas normas que incluem socialmente são as que condenam as identidades trans. Na sequência, destacamos a escola como espaço de práticas e discursos normativos que produzem violências e formas de exclusão dos corpos trans.

E, por fim, indicamos a urgência de atuação do psicólogo na escola que privilegie o encontro com o outro diferente e faça desse encontro a possibilidade de novas linhas de fuga onde a criatividade e o movimento façam-se presentes rompendo com as naturalizações e promovendo reflexões junto a toda comunidade escolar que rompam o fluxo de pensamento para evidenciar o cotidiano da escola e dar visibilidade ao sofrimento das vidas desprezadas e esquecidas.

#### Referências

ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda. O papel do psicólogo escolar. **Psicol. cienc. prof.** 4 (1), 1984. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/G3tr4Kcqc8NSq3fCmnYBqYk/?lang=pt>.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Períodos UNIFAP**, v. 7, n. 1, Macapá, 1º semestre, 2017.

BENEVIDES, Bruna G. e BONFIM Nogueira, Sayonara Naidier (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2023. 109p. Disponível em

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em 20 set. 2023.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011.

BERNINI, Lorenzo. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Natal. v. 5, n. 06, 2012.

BONASSI, Camillo Brune. **Cisnorma: Acordos societarios sobre o sexo binário e cisgênero**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>. Acesso em: 13 set. 2023.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DOS REIS, Neilton; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.24, n.1, p.7-25, abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, Identidade de Gênero e Sexualidade: Conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas-Educação e Desenvolvimento Humano**, v. 14, p. 25, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.2, n.2, p. 208-230, mar. 2010.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros**. Curitiba: Movimento Transgente. 2.ed, 2017.

LEMOS, Adriane Guimarães de Siqueira. **A Psicologia nas reformas educacionais da década de 1920**. 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT20-3769.pdf> Acesso em: 26 ago.2023.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2014.

MACHADO, Adriana Marcondes. **Crianças de classe especial: efeitos do encontro da saúde com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MIRANDA, Marcelo; LIMA, Larrisa. A prática pedagógica dos direitos humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. **Momento: diálogos em educação**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 328-348, mar. 2023.

ONG TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Trans Right Map 2022 **revela lento retorno do progresso nos direitos trans**. Disponível em: <<https://tgeu.org/trans-right-map-2022/>>. Acesso em 02 mai. 2023.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PORCHAT, Patricia. **Psicanálise e transexualismo**: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler. Curitiba: Juruá, 2014. (1.1 Contribuições da Teoria da Construção Social, p.23-30)

PRECIADO, Paul. **Beatriz. Manifesto Contrassexual**: políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da Travessia. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Alexsandro.; WENETZ, Ileana.; CAETANO, Márcio. Currículos como narrativas e estudos *queer*: emergências que interrogam a educação. In: RODRIGUES, A.; CAETANO, M.; SOARES, M.C.S. (Orgs). **Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro**. Salvado-BA: Editora Devires, 2020.

SANTOS, Luiz Henrique Sacchi dos. Heteronormatividade E Educação. In: **seminário de gênero e sexualidade na escola**, Brasília, 12 de novembro de 2007.

SILVA, Ruhan Carlos Mendes. **Entre caixas**: histórias ilustradas sobre não-binarismo. 2022. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3974/7/MONOGRAFIA\\_Caixas\\_Hist%C3%B3riasIlustradas.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3974/7/MONOGRAFIA_Caixas_Hist%C3%B3riasIlustradas.pdf) Acesso em: 17 set.2023

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Provocações para pensar em uma educação outra**: Conversa com Carlos Skliar... [Entrevista disponibilizada em set/dez 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24287> .Entrevista concedida a Maria Teresa Esteban, Carmen Sanches Sampaio. Acesso em: 03 nov.2023.

VERONESE, Lilian Aracy Affonso; MACHADO, Adriana Marcondes. O pensamento Institucionalista e a Psicologia Escolar: desassossegando as lógicas do cotidiano. **Psicol.**

**Esc. Educ.** 26 • 2022 • Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/4nBByV3Y7z5QGyYVHj5Q3fQ/#> Acesso em: 30 out.2023.

ZIOTTI, Mariana Coimbra; DOS SANTOS, Manoel Antonio. O contexto escolar do aluno transexual. **Revista Qualidade e Políticas Públicas na Educação**. V. 2. Ano 2018.